

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL (IDES): UMA ANÁLISE SOB AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS<sup>1</sup>**

**STRUCTURAL DEVELOPMENT INDEX (SDI): AN ANALYSIS UNDER THE PROSPECTS OF EDUCATION, HEALTH AND ABILITY TO GENERATE OWN RESOURCES**

Carlos Roberto Souza Carmo<sup>2</sup>

Diane Rodrigues Amado Resende<sup>3</sup>

Joaquim Faria Alves<sup>4</sup>

Keder Helena Costa Dantas<sup>5</sup>

Lucas Padua Guarato<sup>6</sup>

Luciano Benati Mendes<sup>7</sup>

**RESUMO:**

Este estudo buscou realizar a proposição de um indicador de desenvolvimento econômico que pudesse diagnosticar assimetrias de desenvolvimento regional e, ainda, que pudesse ser utilizado como instrumento do processo de diagnóstico de condições favoráveis à implantação de empreendimentos privados em 64 municípios da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Tudo isso, sob as perspectivas estruturais relacionadas à educação, à saúde e à capacidade de geração de recursos próprios. Inicialmente, foi desenvolvido um embasamento teórico relacionado ao crescimento regional endógeno. A seguir, a partir do levantamento de dados junto ao IBGE Cidades (IBGE, 2012), buscou-se criar um “Índice de Desenvolvimento Estrutural” (IDES), mediante a utilização de três

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi conduzida com auxílio financeiro (bolsa para professor pesquisador) da CAPES (DEAD-CAPES – Programa Universidade Aberta do Brasil)

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Contábeis pela PUC-SP. Professor da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (FACIC-UFU). [carlosji2004@hotmail.com](mailto:carlosji2004@hotmail.com)

<sup>3</sup> Aluna do curso de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN-UFU). [dianeamado@yahoo.com.br](mailto:dianeamado@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Aluno do curso de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN-UFU). [consultoriafarias@yahoo.com.br](mailto:consultoriafarias@yahoo.com.br)

<sup>5</sup> Aluna do curso de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN-UFU). [kederhelena@hotmail.com](mailto:kederhelena@hotmail.com)

<sup>6</sup> Aluno do curso de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN-UFU). [lucaspguarato@gmail.com](mailto:lucaspguarato@gmail.com)

<sup>7</sup> Aluno do curso de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN-UFU). [lucbenati@yahoo.com.br](mailto:lucbenati@yahoo.com.br)

taxas básicas relacionadas àquelas três perspectivas estruturais. Sendo que, ao final dessa investigação, foi possível perceber que o IDES contribuiu para a detecção de assimetrias de desenvolvimento econômico regional, sob a ótica estrutural, e, ainda, que as características setoriais regionais identificadas por esse indicador podem ser utilizadas para fornecer as bases para a elaboração de ações que deverão ser implementadas pelos administradores públicos e demais agentes econômicos regionais, com vistas à redução de tais assimetrias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento regional; Perspectivas estruturais; Assimetrias.

**ABSTRACT:**

This study attempts to make the proposition of an indicator of economic development that could diagnose imbalances in regional development and also that it could be used as a tool in the process of diagnosis of conditions favorable to the establishment of private enterprises in 64 municipalities in the Triângulo Mineiro region and high Paranaíba. All this under the structural perspectives related to education, health and capacity to generate own resources. Initially, we developed a theoretical framework related to endogenous regional growth. Then, based on a survey of data from the IBGE cities (IBGE, 2012), we sought to create a "Structural Development Index" (IDES), using three basic fees related to these three structural prospects. Since, at the end of this investigation, it was revealed that the IDES contributed to detect asymmetries regional economic development from the perspective structural, and also that regional industry characteristics identified by this indicator can be used to provide the basis for the development of actions to be implemented by public administrators and other regional economic agents, in order to reduce such disparities.

**KEYWORDS:** Regional development; Structural perspectives; Asymmetries.

## 1 Introdução

O desenvolvimento econômico de determinada região pode ser entendido como um processo de geração de riqueza mediante o aumento da produção e da sua absorção, o que pode desencadear o aumento da qualidade de vida de sua população. Contribuem para que isso ocorra tanto os fatores de ordem estrutural, como características físicas e ambientais próprias da região, quanto os fatores relacionados à sua governança, dentre eles capacidade de atração de capital, implementação de políticas públicas setoriais, articulação e atuação dos agentes econômicos, dentre outros.

Conforme observa Souza (1999), o desenvolvimento é resultado de um crescimento econômico contínuo e está intimamente relacionado a ações de longo prazo. Nesse sentido, pode-se inferir que o desenvolvimento das regiões está condicionado ao seu crescimento.

Várias correntes de pensamento tentam explicar a maneira pela qual se dá o desenvolvimento. Nesse contexto, este trabalho irá conferir especial atenção à Teoria do Desenvolvimento Endógeno, segundo a qual, o processo contínuo de geração de riqueza está condicionado à capacidade de criação e absorção dos frutos do crescimento pela própria região, ou seja, conforme observa Amaral Filho (1996, p. 37), o desenvolvimento endógeno é “[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região [...]”.

Há que se ressaltar ainda que esse desenvolvimento não se dá de forma homogênea em todo o país. Conforme dito, devido às suas próprias características, algumas regiões se

destacam mais que outras, sendo a elas atribuído um maior grau de desenvolvimento. Assim, o território nacional é dividido de maneira a agrupar, na mesma região, os municípios que apresentam características similares, especialmente em relação à população, atividades desenvolvidas e oferta de serviços públicos. Esta divisão, segundo o IBGE (2012), facilita a identificação das regiões, bem como de suas necessidades quando da implementação de políticas públicas que ultrapassem, inclusive, o território municipal.

Para fins de classificação segundo os níveis de crescimento, utilizam-se os indicadores de desenvolvimento econômico e social, que são uma das formas mais importantes e eficazes de se mensurar o desenvolvimento de uma região. Pois, de acordo com o IBGE (2012), a divisão do território facilita a coleta de dados e informações que retratem a realidade local em termos populacionais, sociais, econômicos, infraestruturais, etc.

Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo principal elaborar um indicador de desenvolvimento que seja capaz de mensurar, sob três perspectivas estruturais distintas (educação, saúde e capacidade de geração recursos próprios), o grau de desenvolvimento de 64 municípios das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com vistas a identificar os determinantes das assimetrias de desenvolvimento regional.

Para compor o indicador proposto, foram escolhidas três perspectivas estruturais, ou seja, saúde, educação e capacidade de geração de recursos próprios. Entende-se que estas perspectivas representam importantes fontes de informações em relação ao crescimento e desenvolvimento regional em nível municipal. Onde, os recursos gerados pelos próprios municípios podem contribuir para a implementação de políticas públicas e oferta de serviços básicos, potencializando o desenvolvimento local, com vistas à relação de interdependência entre esses fatores.

Essa investigação pode ser classificada com um estudo de natureza exploratória, no qual serão utilizadas de fontes de dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, ainda, algumas informações complementares disponibilizadas pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATA SUS), e, ainda, a partir dos bancos de dados do Ministério da Educação e do Ministério da Fazenda.

Foram selecionados 64 municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A escolha desta amostra se deu fundamentalmente por se tratar de uma região de grande importância para o Estado de Minas Gerais, além de possuir considerável visibilidade no cenário nacional. Os municípios desta Mesorregião ocupam uma área de 90.545 Km<sup>2</sup>, o que representa aproximadamente 15% do território do Estado, e fazem limite com municípios dos Estados de Goiás, São Paulo e Mato Grosso do Sul. O Alto Paranaíba possui uma economia essencialmente agropecuária, enquanto o Triângulo Mineiro é mais produtivamente diversificado, destacando-se a agroindústria.

De acordo com Souza (1999), o desenvolvimento das regiões pode ser verificado no momento em que se obtêm melhorias nos seus indicadores de desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, a partir das análises proporcionadas pelo Índice de Desenvolvimento Econômico Estrutural (IDES), vislumbra-se a possibilidade de se identificar as características próprias de cada um dos municípios selecionados que mais contribuem para seu desenvolvimento. De maneira mais ampla, espera-se que esta pesquisa auxilie no entendimento das relações de assimetria entre o desenvolvimento dos municípios alvos dessa pesquisa em relação ao seu entorno e também em relação à sua própria Microrregião. Adicionalmente, vislumbra-se ainda a possibilidade de contribuir para a identificação de áreas mais carentes de investimentos e atenção dos gestores públicos no âmbito da Administração Pública.

Assim, pretende-se obter um diagnóstico estrutural, a partir dos componentes dos determinantes do IDES, que fornecerá subsídios para identificar as origens de assimetrias relativas ao desenvolvimento entre os municípios de uma mesma região. Além disso, o IDES poderá ser tratado como um meio pelo qual as políticas públicas poderão ser orientadas, na medida em que serão disponibilizadas informações relativas às necessidades de investimentos dos municípios em cada uma das áreas analisadas, dentro do contexto do desenvolvimento regional.

Este artigo está dividido em cinco seções. A primeira é constituída por essa introdução. Em seguida, na seção dois, será apresentada a plataforma teórica sob a qual foi realizada a pesquisa. Na terceira parte, será apresentada a metodologia de pesquisa. A quarta seção foi destinada ao processo de análise dos dados. E, finalmente, a quinta e última parte foi destinada às considerações finais.

## 2 Plataforma teórica

O Brasil é um país de grande extensão territorial, de desigualdades sociais e econômicas, regiões excluídas e estancos, com diversos problemas que são contornados e suavizados mediante o crescimento da produção, consumo, aumento do Produto Interno Bruto - PIB, significando mudanças na estrutura de produção e distribuição de riqueza.

Segundo Smolka (1983 *apud* SOUZA, 2009), certas atividades econômicas estão restritas a algumas áreas territoriais e, inevitavelmente, ocorrerão concentração econômica, descontinuidades espaciais e desigualdades regionais nas fases iniciais do processo econômico e de ocupação do território.

Lima e Simões (2009) afirmam que o processo de desenvolvimento econômico acontece de forma desigual e simultânea em toda a região do país, apresentando como característica o fortalecimento de áreas ou regiões mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento.

São muitas as teorias que procuram justificar a dinâmica regional, dentre elas a Teoria dos Pólos de Crescimento, o Desenvolvimento Econômico e o Processo de Causação Circular Cumulativa, o Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento e ainda a Teoria da Base de Exportação. A dinâmica regional é o processo de aglutinação da renda urbana que é a expressão e a causa da atração do capital no espaço. Ao elaborarem suas teorias, Lima e Simões (2009) demonstram as vantagens ou desvantagens comparativas dos espaços econômicos e a atração do capital, cujos resultados do processo de acumulação em uma região serão dinâmicos, ou seja, intensificado ou estagnado.

Segundo Souza (1999, p. 22), o desenvolvimento caracteriza-se:

[...] pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças das estruturas e melhorias de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade (SOUZA, 1999, p. 22).

No âmbito regional, o desenvolvimento ocorre em decorrência da “utilização do potencial e do excedente gerado localmente e, eventualmente, da utilização de recursos externos, assim como pela incorporação das economias externas ocultas nos processos produtivos” (BARQUERO, 2002, p. 19).

De acordo com Akerman (2005), o local pode ser um município, ou parte dele, um espaço caracterizado pela relação ou influência entre o regional, nacional e/ou global.

Ainda de acordo com o autor, as transformações sociais deste espaço podem alterar os limites originais, bem como influenciar outras localidades.

Segundo Buarque (1999), o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

As mudanças no âmbito das teorias de desenvolvimento regional devem-se ao declínio de regiões tradicionalmente industriais e ao surgimento de novos padrões de industrialização e desenvolvimento local, que associados a modificações nas formas e nos modos de produção e de organização das indústrias, como também a globalização que gera a abertura das economias nacionais, constitui o contexto geral da inclusão do processo endógeno nas teorias de desenvolvimento regional (AMARAL FILHO, 1996).

Souza (2009, p. 93) afirma que “cabe à política de desenvolvimento regional motivar a criação da infraestrutura necessária para levar os empresários privados a produzir e a exportar. A escassez de recursos públicos para investimento tem retardado o desenvolvimento de muitas regiões”.

Conforme Amaral Filho (2001), no final da década de 1980 iniciou-se um processo de endogeneização nas regiões do interior dos países, tanto das decisões relacionadas ao seu destino quanto do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico, isso significa que a organização territorial inverteu os papéis, ou seja, deixa de exercer um papel passivo e passa a um papel ativo diante da organização industrial. Isto é:

A política de investimento em infraestrutura é importante para uma região ou economia estadual, na medida em que cria externalidades para o capital privado (redução dos custos de transação, de produção e de transporte, acesso a mercados, etc.); mas essa política, em si, não é suficiente para criar um processo dinâmico de endogeneização do excedente econômico local, e atrair excedentes de outras regiões, para assim provocar uma ampliação das atividades econômicas (emprego, renda, etc.) (AMARAL FILHO, 1996, p. 55-56).

Do ponto de vista espacial e regional, Amaral Filho (1996) define desenvolvimento endógeno como:

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local ou da região (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

O ambiente propício a se evidenciar um desenvolvimento local (endógeno) é onde os atores mobilizam seus recursos (políticos, legais, financeiro etc.) focando nas suas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento (BUARQUE, 1999). Ainda segundo (BUARQUE, 2002, p. 25), para que o desenvolvimento local seja sólido e sustentável faz-se necessário “[...] mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local”, e ainda, “deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condições para a qualidade de vida da população local”.

A noção de desenvolvimento local agrega as dimensões, espaciais, econômicas, sociais, culturais e políticas, e através do seu conjunto dinâmico, viabilizam a produzir uma prosperidade sólida e durável que não é reduzida somente à taxa de crescimento do PIB do município (FAURÉ e HASENCLEVER, 2005).

Fauré e Hasenclever (2005) identificaram que os componentes do possível e do desejável desenvolvimento local são: o melhoramento dos efeitos de aglomeração; a intensificação das economias de aglomeração; a ancoragem física das empresas; a realização de programas de criação de emprego e renda; o apoio à modernização do tecido empresarial; os esforços produzidos para elevar o nível de qualificações e de competências; as ações facilitando a incorporação e a difusão das inovações; a construção do território por um conjunto de organizações e de serviços; o acionamento de uma governança associando as esferas públicas e privadas; a criação de instrumentos institucionais visando adaptar as mudanças e antecipar os problemas e os desafios.

Os recursos naturais, capital e trabalho, fatores de produção tradicionais, não são os únicos fatores para a análise da competitividade econômica, além desses é necessário à verificação da estratégia, impactos ambientais, bem como capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições e meio ambiente para otimização do crescimento e da sustentabilidade do desenvolvimento da região (AMARAL FILHO, 1996).

Para Schumpeter (1982), ao expor uma nova ótica para o capitalismo, o desenvolvimento é definido como a realização de novas combinações, que são as inovações, de novos bens ou técnicas de produção, ou mesmo através do surgimento de novos mercados, fontes de oferta de matérias primas ou composições industriais. Segundo Becker (2009), os neo-schumpeterianos, partindo da abordagem de Schumpeter, consideram que as inovações são fundamentais para o progresso técnico e a mudança estrutural que acompanha o desenvolvimento.

Ainda segundo a perspectiva neo-schumpeteriana, os agentes de uma economia são capazes de avaliar o ambiente seletivo em que se encontram inseridos e, ainda, moldar esse ambiente de maneira estratégica (CORAZZA; FRACALANZA, 2004). Ou seja, os atores e protagonistas locais tendem a procurar continuamente novos fatores e novas combinações para a produção (SCHUMPETER, 1982).

O espaço econômico é como um campo de força, denominado de espaços polarizados, em que se deve ao conjunto de fatores atuantes e interdependentes os efeitos dessa polarização, sendo que se deve a forças de atração e repulsão resultantes de concentrações demográficas e de produção que são inerentes (CLEMENTE; HIGACHI, 2000). Esse processo, segundo Myrdal (1968), deve-se ao efeito de circulação com base na dinâmica de mercado de trabalho e dos bens e serviços na produção, e aos impactos das forças repulsivas das atividades produtivas concorrenciais que muitas vezes são da agricultura, pecuária e turismo.

Analisando a relação entre as cidades e o crescimento econômico, Polèse (2000, p. 31), relata que “a maneira como as cidades são estruturadas, governadas e gerenciadas podem ter impacto profundo nos níveis de bem-estar econômico, e, por conseguinte, na redução da pobreza”.

Altos níveis de urbanização e grandes cidades não são suficientes para garantir níveis de primeiro mundo de desenvolvimento, as cidades são uma condição necessária para o desenvolvimento econômico, porém não é a única condição para tal (POLÈSE, 2000).

Ainda seguindo a abordagem de Polèse (2000), o gerenciamento, o planejamento e a forma de governar as áreas urbanas terão impactos importantes no desempenho econômico, bem como a sua capacidade de contribuir com o bem-estar econômico nacional. Finalmente, Polèse (2000, p. 34) afirma:

O potencial econômico das cidades está necessariamente limitado por condições nacionais e regionais. O nível de desenvolvimento

econômico depende de políticas macroeconômicas e monetárias, quadros reguladores (especificamente, o estado de direito e os direitos de propriedade moderna) e sistemas de educação pública (POLÈSE, 2000, p. 34).

As empresas, o contingente da força de trabalho, o comportamento das pessoas, o papel dos governos locais e a economia estão em constante transição, essa é a essência da dinâmica do desenvolvimento local e regional.

Para Chiavenato (1994), os indivíduos e as organizações estão engajados em um contínuo e interativo processo de atrair uns aos outros de forma que os dois levantem informações trocadas para decidirem a viabilidade de firmarem uma relação mútua.

Montana e Charnov (2006) afirmam que as empresas, enquanto sistema aberto e ao fazer uso de recurso para produção de bens e/ou serviços, estão inseridas dentro de um ambiente econômico geral e, por isso, os administradores levam em consideração, entre outros, fatores relacionados ao produto interno, medidas de produtividade, ambiente mercadológico e infraestrutura social e econômica.

Observa-se que o governo, enquanto agente inserido no mesmo ambiente econômico das empresas em geral, tem a função de promover o desenvolvimento econômico e buscar a melhoria de vida dos seus cidadãos. Eles atuam como agentes articuladores, indutores e catalisadores de transformações econômicas, para tanto o governo deve manter uma relação de diálogo com o setor privado, os trabalhadores e as entidades da sociedade civil (VAZ, 2000).

Adicionalmente, além de promover o diálogo entre trabalhadores e empreendedores, o governo, ainda sob a perspectiva de um dos principais agentes promovedores do desenvolvimento, deve ater-se à questões relacionadas à saúde tanto da população economicamente ativa (especificamente, os trabalhadores) quanto dos demais membros da sociedade regional, enquanto uma das importantes variáveis estruturais do desenvolvimento. Pois, a relação entre saúde e desenvolvimento é bidirecional (ou multidirecional), ou seja, a saúde tem consequências no desenvolvimento social e econômico e as condições econômicas e sociais influenciam na saúde (AKERMAN, 2005).

Segundo a *World Health Organization* (WHO, 2002, *apud* AKERMAN, 2005, p. 26), “as condições de saúde dos aglomerados humanos vem sendo cada vez mais analisadas em função de progressão ou redução do desenvolvimento”. Ou seja:

Acumulam-se evidências de que as manutenções de indicadores de saúde desfavoráveis e de iniquidades nas condições de vida podem comprometer o desenvolvimento, e que os benefícios da área de saúde podem favorecer o desenvolvimento, assim como a melhor distribuição dos benefícios de um processo de desenvolvimento também pode diminuir a pobreza e melhorar a saúde das populações (WHO, 2002, *apud* AKERMAN, 2005, p. 26).

Segundo Malik e Schiesari (1998, p.62), “os objetivos principais da Organização Mundial de Saúde (OMS) são o reforço do papel dos governos locais, no que se refere às intervenções de saúde pública e a adoção de uma política de saúde para todas as cidades”.

O processo de municipalização da saúde requer uma maior atuação do poder local, sendo de responsabilidade dos municípios o planejamento e a gestão do atendimento à saúde. Entretanto, o poder municipal enfrenta dificuldades que não são resolvidas com ações isoladas, para solucionar tal problema, os municípios se unem através de consórcios intermunicipais de saúde que permitem racionalizar o uso dos recursos, como equipamentos, recursos humanos e instalações hospitalares (SOARES, 2000).

Acerca da escolaridade no Brasil, Barros e Mendonça (1997, p. 1) informam que “os investimentos brutos em educação no Brasil representam algo perto de 10% da renda nacional, uma cifra elevada, mas ainda bastante inferior à taxa de investimento bruto em capital físico que gira em torno de 20% da renda nacional”. Os autores ainda complementam:

A motivação e a racionalidade para os investimentos em capital educacional são os impactos que incrementos no capital educacional têm sobre os diversos aspectos do desenvolvimento socioeconômico do país. Esses impactos, juntamente com os custos desse investimento, definem a sua taxa de retorno e, portanto, se existe sub ou sobreinvestimento deste tipo de capital (BARROS e MENDONÇA, 1997, p. 1).

Uma das grandes dificuldades em se avaliarem os impactos de investimentos em educação advém do fato de que estes não apenas influenciam as condições de vida daqueles que se educam (efeitos privados da educação), mas também, geram uma série de externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam (BARROS e MENDONÇA, 1997). “Permanece, portanto, um desalinhamento entre as necessidades de escolarização geral e qualificação profissional, sendo constatada a maior demanda das empresas por capacitação” (FAURÉ; HASENCLEVER, 2005).

Considerando que a educação engloba a capacidade técnica dos educadores, políticas públicas direcionadas a inovação dos métodos de ensino e também os investimentos financeiros no setor para que os objetivos educacionais sejam atingidos por completo, Loureiro (2008) destaca que a responsabilidade pelo cumprimento dos verdadeiros objetivos da educação não deve ser limitada à atuação do educador, ou seja, torna-se essencial a participação ativa dos órgãos governamentais, principalmente, em relação ao provimento de recursos e infraestrutura necessários, senão, imprescindíveis.

A globalização, as transformações tecnológicas bem como a complexidade dos assuntos sociais vêm exigindo que as pessoas se instrua e sejam capazes de criar, inovar, transformar e identificar novas oportunidades. A esse respeito, Polèse (2000, p. 38) afirma: “a globalização colocou mais um ingrediente: o talento. Pessoas e capital que devem se unir para formarem agrupamentos mais dinâmicos”.

Ao considerar que uma boa parte da receita do município provém de repasses de impostos federais e estaduais, a política tributária municipal não pode se restringir aos estabelecimentos e administração dos tributos municipais. O repasse dos impostos estaduais (IPVA e ICMS) é proporcional à arrecadação do município, portanto o aumento da arrecadação municipal resultará no aumento de receitas totais (VAZ; SOUTO, 2000).

Os incentivos fiscais podem atrair as atividades comerciais para o município e conseguir o aumento da arrecadação, isto é, conforme Fauré e Hasenclever (2005, p. 433), “os incentivos fiscais municipais podem ser também uma alavanca para o desenvolvimento econômico local por meio das definições das regras e das alíquotas de ISS e IPTU, principais impostos municipais.” Fauré e Hasenclever (2005, p. 433) ainda destacam que “os municípios constituem um campo de competência política e administrativa no qual pode ser decidido, influenciado e consolidado o desenvolvimento local, sobretudo no que diz respeito à aglomeração de micro, pequenas e médias empresas”.

Portanto, deve-se levar em conta, tanto a estruturação e os esforços de reorganização das administrações municipais para tratar das questões relacionadas às economias locais e aos desafios do desenvolvimento, quanto às iniciativas e medidas tomadas sob forma de linhas de ações, projetos e programas para apoiar as empresas (FAURÉ; HASENCLEVER, 2005).

### 3 Metodologia de Pesquisa

Considerando os objetivos propostos para este trabalho, vislumbra-se a concepção de um indicador de desenvolvimento relacionado às características estruturais de cada um dos municípios que compõem a amostra da pesquisa, propõe-se a análise do Índice de Desenvolvimento Estrutural (IDES). Este índice busca identificar os fatores que contribuem para o desenvolvimento econômico municipal, dando especial ênfase às áreas da educação, da saúde e da capacidade de geração de recursos próprios, por entender que estas áreas são importantes para o crescimento do município.

Para a composição do IDES, propõe-se a utilização de índices que possam fornecer um diagnóstico acerca das condições estruturais municipais, com base nas seguintes taxas:

$$\text{Taxa de crescimento na quantidade de matrículas} = \frac{\text{Variação na quantidade (un) de matrículas (2009-2007)}}{\text{Quantidade (un) de matrículas (2007)}} \quad (1)$$

$$\text{Taxa de crescimento dos estabelecimentos públicos de saúde} = \frac{\text{Variação na quantidade (un) total de estabelecimentos de saúde (2009-2005)}}{\text{Quantidade (un) total de estabelecimentos de saúde (2005)}} \quad (2)$$

$$\text{Taxa de crescimento da capacidade de geração de recursos próprios} = \frac{\text{Variação na part.(%) das receitas tributárias / (receitas tributárias+receitas correntes) (2009-2008)}}{\text{Part. (%) das receitas tributárias / (receitas tributárias+receitas correntes) (2008)}} \quad (3)$$

Sendo que, para a perspectiva estrutural da educação municipal, a taxa de crescimento na quantidade matrículas, proposta pela Fórmula 1, será avaliada em cada um dos três níveis da educação, ou seja, na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio.

Cabe destacar que a adoção de taxas decimais, conforme proposto pelas Fórmulas 1, 2 e 3, fundamenta-se na necessidade de mensuração das três perspectivas (taxas) a partir de valores relativos, pois as grandezas individuais referentes a cada um dos 64 municípios integrantes da amostra seriam muito diferentes se considerados os respectivos valores absolutos.

Por se tratar de um estudo de natureza exploratória, optou-se pela apuração do IDES geral mediante a simples soma dos valores relativos encontrados por meio de cada uma das taxas que o compõem, conforme descrito pela Fórmula 4, apresentada a seguir.

$$\text{IDES} = \text{Taxa de crescimento na quantidade de matrículas} + \text{Taxa de crescimento dos estabelecimentos públicos de saúde} + \text{Taxa de crescimento da capacidade de geração de recursos próprios} \quad (4)$$

Dentre os municípios do Estado de Minas Gerais, a amostra de pesquisa é composta pelos 64 municípios integrantes da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (uma das 12 Mesorregiões do Estado). São eles: Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araporã, Arapuá, Araxá, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guimarães, Gurinhatã, Ibiá, Indianópolis, Ipiacu, Iraí de Minas, Itapagipe, Ituiutaba,

Iturama, Lagoa Formosa, Limeira do Oeste, Matutina, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Pratinha, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, São Francisco de Sales, São Gotardo, Serra do Salitre, Tapira, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, e Veríssimo.

Estes municípios estão divididos em sete Microrregiões: Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia.

Para composição da base de dados relativos ao cálculo do indicador proposto para esta investigação, sob as perspectivas de saúde, escolaridade e capacidade de geração de recursos próprios, foram utilizadas fontes secundárias diversas conforme descrição apresentada no Quadro 1. Todas as informações encontram-se centralizadas e disponíveis no *site* do IBGE Cidades (<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>).

#### Quadro 1 – Descrição das fontes secundárias de dados, por município

Componentes do indicador	Fontes
Taxa de crescimento na quantidade de matrículas	IBGE, Ministério da Educação, INEP - Censo Educacional 2007-2009.
Taxa de crescimento dos estabelecimentos públic. de saúde	IBGE, Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
Capacidade de geração de recursos próprios	IBGE, Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009.

Fonte: elaborado pelos autores com base na pesquisa no site do IBGE Cidades

#### 4 Análise dos dados

Segundo Souza (1999), o desenvolvimento caracteriza-se por mudanças que envolvem melhorias nos indicadores econômicos e sociais, sendo resultado de ações voltadas à obtenção de resultados no longo prazo, implicando em mudanças estruturais.

De acordo com o IBGE (2012), a divisão do território nacional em regiões permite que municípios que apresentem características similares relacionadas à população, atividades econômicas, infraestrutura urbana e acesso a serviços públicos essenciais sejam mais facilmente identificados em termos de limitação espacial, tornando as regiões conhecidas por determinadas características e facilitando a implementação de políticas públicas para além do território municipal. Em termos de análise de indicadores econômicos e sociais de mensuração, esta divisão torna-se fundamental para a coleta de dados que retratem a realidade de maneira mais fidedigna, contribuindo também para as decisões de planejamento de ações de longo prazo, no âmbito da Administração Pública.

Lima e Simões (2009) afirmam que o processo de desenvolvimento econômico acontece de forma desigual e simultânea em todas as regiões do país, apresentando como característica principal o fortalecimento de áreas ou regiões mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento.

Para o IBGE (2012), a divisão do país em mesorregiões tem aplicabilidade no subsídio do sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais, tributárias, de planejamento, de identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e de outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

Minas Gerais é dividida em 12 Mesorregiões, sendo que a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, cujos municípios componentes são foco deste estudo, possui a quarta maior população dentre as Mesorregiões do Estado, formada por 2.141.165 habitantes. A Mesorregião mineira mais populosa é a Metropolitana de Belo Horizonte (6.234.915 habitantes), seguida da Mesorregião Sul e Sudoeste de Minas (2.439.168 habitantes) e da Mesorregião da Zona da Mata (2.175.254 habitantes) (IBGE, 2010).

O Quadro 2 detalha a composição das sete Microrregiões que integram a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

**Quadro 2 – Microrregiões componentes da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**

<b>Cidade-pólo</b>	<b>Cidades integrantes de cada microrregião</b>		
Araxá	Araxá Campos Altos Ibiá Nova Ponte	Pedrinópolis Perdizes Pratinha Sacramento	Santa Juliana Tapira
Frutal	Campina Verde Carneirinho Comendador Gomes Fronteira Frutal	Itapagipe Iturama Limeira do Oeste Pirajuba Planura	São Francisco de Sales
Ituiutaba	Cachoeira Dourada Capinópolis Gurinhata	Ipiaçu Ituiutaba Santa Vitória	
Patos de Minas	Arapuá Carmo do Paranaíba Guimarânia Lagoa Formosa	Matutina Patos de Minas Rio Paranaíba Santa Rosa da Serra	São Gotardo Tiros
Patrocínio	Abadia dos Dourados Coromandel Cruzeiro da Fortaleza Douradoquara	Estrela do Sul Grupiara Iraí de Minas Monte Carmelo	Patrocínio Romaria Serra do Salitre
Uberaba	Água Comprida Campo Florido Conceição das Alagoas	Conquista Uberaba Veríssimo	
Uberlândia	Araguari Araporã Canápolis Cascalho Rico Centralina	Indianópolis Monte Alegre de Minas Prata Tupaciguara Uberlândia	

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2010).

Nesse sentido, a análise do IDES permitirá verificar quais características estruturais contribuem para o alcance do desenvolvimento nos municípios selecionados no que se refere à educação, saúde e capacidade de geração de recursos próprios. Ele pode contribuir também para a compreensão das relações existentes entre os municípios e seu entorno e de sua importância dentro da Microrregião à qual pertence. As constatações que seguem serão apresentadas a partir de tabelas que trazem dados sobre as perspectivas analisadas, conforme proposto para o cálculo do IDES.

Sob a perspectiva estrutural, a proposição do IDES pode permitir que sejam realizadas análises acerca de índices que denotem algumas condições mínimas necessárias à infraestrutura municipal favorável, contribuindo para potencializar o desenvolvimento dos municípios.

Inicialmente, será analisada a Taxa de crescimento na quantidade de matrículas dos municípios que compõem a Microrregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A Tabela 1 apresenta os municípios que integraram a amostra de pesquisa já classificados segundo a perspectiva estrutural da educação, para o cálculo do IDES final.

**Tabela 1 – Classificação dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sob a perspectiva estrutural da educação - 1º ao 32º lugar (continua na Tabela 2)**

Classificação	Município	Taxa de crescimento na quantidade de matrículas			Perspectiva Educacional
		Pré-escolar	Ens. Fundamental	Ens. Médio	
1º lugar	Comendador Gomes	1,7391	-0,1116	-0,2391	1,3884
2º lugar	Campo Florido	1,0388	-0,0275	0,0643	1,0756
3º lugar	Abadia dos Dourados	0,4737	-0,0404	0,0243	0,4575
4º lugar	Lagoa Formosa	0,4492	-0,0592	0,0066	0,3965
5º lugar	Pirajuba	0,2377	0,2196	-0,0935	0,3638
6º lugar	Uberaba	0,4350	-0,0290	-0,0969	0,3091
7º lugar	Irai de Minas	0,2080	-0,0586	0,1391	0,2886
8º lugar	Serra do Salitre	0,2227	0,0068	0,0177	0,2472
9º lugar	Ipiacu	0,2897	-0,0192	-0,0426	0,2280
10º lugar	Frutal	0,0827	-0,0194	0,1176	0,1809
11º lugar	Limeira do Oeste	0,2044	-0,1310	0,0973	0,1707
12º lugar	Itapagipe	0,1862	-0,0322	0,0151	0,1690
13º lugar	Uberlândia	0,1915	-0,0065	-0,0408	0,1442
14º lugar	Fronteira	0,0812	-0,0099	0,0615	0,1328
15º lugar	Perdizes	0,0031	0,0331	0,0776	0,1138
16º lugar	Araguari	0,2002	-0,0468	-0,0486	0,1048
17º lugar	Rio Paranaíba	0,0231	-0,0664	0,1347	0,0914
18º lugar	Grupiara	0,1852	0,1574	-0,2615	0,0810
19º lugar	Tupaciguara	0,1893	-0,0999	-0,0186	0,0708
20º lugar	Araporã	0,1598	-0,0599	-0,0515	0,0484
21º lugar	Ituiutaba	0,0663	-0,0538	0,0204	0,0329
22º lugar	Sacramento	-0,0877	-0,0071	0,1156	0,0208
23º lugar	Iturama	-0,0967	0,0036	0,1120	0,0188
24º lugar	Douradoquara	0,2143	-0,1643	-0,0405	0,0094
25º lugar	Carmo do Paranaíba	-0,0514	-0,0773	0,1302	0,0014
26º lugar	Arapuá	-0,0135	-0,1122	0,1224	-0,0032
27º lugar	Cascalho Rico	-0,0156	-0,0047	0,0099	-0,0104
28º lugar	Santa Vitória	-0,0039	-0,0150	-0,0015	-0,0204
29º lugar	Monte Carmelo	0,1319	-0,0225	-0,1316	-0,0222
30º lugar	Capinópolis	0,0155	-0,0852	0,0325	-0,0372
31º lugar	Gurinhata	0,1124	-0,1104	-0,0486	-0,0467
32º lugar	Pratinha	0,0597	0,0821	-0,1925	-0,0507

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Percebe-se que a Microrregião de Frutal se destaca por possuir municípios com maiores taxas de crescimento na quantidade de matrículas, sendo que, Comendador Gomes se classificou em primeiro lugar, com um IDES sob a perspectiva educacional de 1,3884; Pirajuba ficou em quinto lugar (0,3638) e Frutal décimo lugar (0,1809). Juntos, estes municípios apresentaram um IDES sob a perspectiva educacional de 1,9331, o maior somatório dentre as demais Microrregiões que apresentaram municípios classificados até o décimo lugar em relação à perspectiva educacional.

O município de Comendador Gomes, apesar de apresentar o maior IDES na perspectiva educacional em relação aos demais municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro a Alto Paranaíba, apresentou taxas negativas de crescimento na quantidade de matrículas no ensino fundamental e no ensino médio, sendo que apenas as matrículas na pré-escola apresentaram evolução positiva, contribuindo para a classificação de destaque do município. A taxa negativa representa uma queda na quantidade de matrículas no período analisado. Nesse sentido, é importante ressaltar que o sistema educacional de Comendador Gomes demanda atenção especial dos gestores quanto à implementação de políticas públicas voltadas para essa área, principalmente no que se refere à manutenção dos jovens nas escolas. Essa constatação pode ser ratificada pela média de anos de estudo da população, que no ano 2000 era de apenas 4,7 anos de estudo, segundo o Atlas de

Desenvolvimento Humano no Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012).

A Microrregião de Uberaba posicionou-se em 2º lugar quando da análise de microrregiões que apresentaram municípios com maiores taxas de crescimento na quantidade de matrículas, uma vez que Campo Florido ficou em 2º lugar e Uberaba em 6º lugar na classificação final. O somatório da perspectiva educacional destes municípios é de 1,3847.

É interessante notar que mesmo possuindo menos municípios classificados em até 10º lugar (apenas dois municípios), a Microrregião de Uberaba obteve mais destaque no somatório das taxas de crescimento na quantidade de matrículas em comparação à Microrregião de Patrocínio, que apresentou três municípios em posição de destaque: Abadia dos Dourados (3º lugar: 0,4574), Iraí de Minas (7º lugar: 0,2886) e Serra do Salitre (8º lugar: 0,2472). O somatório dos índices de perspectiva educacional do IDES dos municípios que se destacaram da Microrregião de Patrocínio foi de 0,9933.

A Microrregião de Patos de Minas apresentou apenas um município em posição de destaque em relação à perspectiva educacional - Lagoa Formosa, cujo índice foi de 0,3965, colocando o município em 4º lugar dentre todos os municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O município de Ipiacu, pertencente à Microrregião de Ituiutaba, classificou-se em 9º lugar, com uma perspectiva educacional de 0,2280.

O desenvolvimento educacional dos municípios classificados do 24º ao 32º lugar, na Tabela 1, apresenta uma baixa perspectiva de crescimento, que está diretamente ligada não só às políticas governamentais voltadas para a educação básica, mas também às condições específicas de desenvolvimento regional, uma vez que parte considerável dos municípios é de pequeno porte, com desenvolvimento econômico incipiente, o que obriga muitos jovens a abandonarem a escola em busca de trabalho, ou mesmo a migrarem para outras cidades em busca de melhores condições de vida.

Na Tabela 2, pode-se observar os municípios que menos se destacaram em relação à perspectiva educacional do IDES, dentre os municípios da amostra. Em última colocação, encontra-se o município de Romaria, pertencente à Microrregião de Patrocínio. Sua taxa de crescimento na quantidade de matrículas foi negativa em todos os níveis de educação analisados, contribuindo para uma perspectiva educacional de -0,8353. Os municípios de Estrela do Sul e Cruzeiro da Fortaleza, também pertencentes à Microrregião de Patrocínio, ficaram posicionados em 63º e 59º lugares, sendo que seus índices da perspectiva educacional do IDES foram de -0,5075 e -0,2991, respectivamente.

**Tabela 2 – Classificação dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sob a perspectiva estrutural da educação - 33º ao 64º lugar (continuação da Tabela 1)**

Classificação	Município	Taxa de crescimento na quantidade de matrículas			Perspectiva Educacional
		Pré-escolar	Ens. Fundamental	Ens. Médio	
33º lugar	Patrocínio	-0,0231	-0,0446	0,0155	-0,0522
34º lugar	M. Alegre de Minas	0,0000	-0,0658	0,0116	-0,0542
35º lugar	Conceição das Alagoas	-0,0980	-0,0020	0,0413	-0,0587
36º lugar	Tapira	-0,0652	-0,0248	0,0197	-0,0702
37º lugar	São Gotardo	-0,0442	-0,0635	0,0371	-0,0705
38º lugar	Patos de Minas	0,0713	-0,1004	-0,0663	-0,0954
39º lugar	Santa Rosa da Serra	0,1282	-0,0380	-0,1929	-0,1027
40º lugar	Ibiá	-0,0536	-0,0244	-0,0294	-0,1075
41º lugar	Campina Verde	-0,0270	-0,0456	-0,0406	-0,1132
42º lugar	Araxá	0,0635	-0,0525	-0,1299	-0,1189

43º lugar	Campos Altos	0,0221	-0,0800	-0,0670	-0,1249
44º lugar	Cachoeira Dourada	0,0870	0,0608	-0,2735	-0,1258
45º lugar	Canápolis	-0,0484	-0,1001	-0,0163	-0,1648
46º lugar	Centralina	-0,0355	-0,0611	-0,0764	-0,1730
47º lugar	Planura	-0,0494	0,0244	-0,1711	-0,1962
48º lugar	Prata	-0,1930	-0,0246	0,0056	-0,2121
49º lugar	Tiros	-0,0588	-0,1174	-0,0564	-0,2326
50º lugar	Veríssimo	-0,0882	-0,0505	-0,0980	-0,2368
51º lugar	Água Comprida	-0,1127	-0,1369	Não informado	-0,2496
52º lugar	Nova Ponte	-0,1754	-0,1028	0,0254	-0,2528
53º lugar	Coromandel	-0,1754	-0,0711	-0,0071	-0,2537
54º lugar	Guimarânia	-0,1412	-0,0319	-0,0846	-0,2577
55º lugar	Conquista	-0,1047	0,0186	-0,1755	-0,2616
56º lugar	São Francisco de Sales	0,0087	-0,0424	-0,2284	-0,2621
57º lugar	Santa Juliana	-0,3739	0,0154	0,0828	-0,2756
58º lugar	Carneirinho	-0,1344	-0,0169	-0,1429	-0,2942
59º lugar	Cruzeiro da Fortaleza	-0,3115	0,0055	0,0068	-0,2991
60º lugar	Matutina	-0,2072	-0,0577	-0,0866	-0,3515
61º lugar	Pedrinópolis	-0,0900	-0,0234	-0,3108	-0,4242
62º lugar	Indianópolis	-0,1648	-0,0778	-0,2375	-0,4802
63º lugar	Estrela do Sul	-0,2793	-0,0781	-0,1502	-0,5075
64º lugar	Romaria	-0,2895	-0,3662	-0,1797	-0,8353

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

O município de Indianópolis (pertencente à Microrregião de Uberlândia) apresentou-se na antepenúltima colocação, sendo sua perspectiva educacional de -0,4802. Pedrinópolis e Santa Juliana (localizados na Microrregião de Araxá) classificaram-se em 61º e 57º lugares, e Carneirinho e São Francisco de Sales (Microrregião de Frutal) em 58º e 56º lugares, respectivamente. Matutina, da Microrregião de Patos de Minas e Conquista, da Microrregião de Uberaba, colocaram-se em 60º e 55º lugares, respectivamente.

A seguir é apresentado o estudo da Taxa de crescimento dos estabelecimentos públicos de saúde nos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A análise sob esta perspectiva estrutural é importante na constituição do IDES final, devido ao fato de que as condições de saúde relacionadas à qualidade de vida das pessoas estão intimamente ligadas aos bons índices de desenvolvimento social e econômico dos municípios em geral.

**Tabela 3 – Classificação dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sob a perspectiva estrutural da saúde**

Classificação	Município	Tx. de cresc. na qtd. de estabelec. de saúde públicos	Classificação (Continuação)	Município (Continuação)	Tx. de cresc. na qtd. de estabelec. de saúde públicos
1º lugar	Abadia dos Dourados	3,0000	33º lugar	Patos de Minas	0,1290
2º lugar	Cachoeira Dourada	2,0000	34º lugar	Prata	0,1000
3º lugar	Comendador Gomes	1,0000	35º lugar	São Gotardo	0,0909
4º lugar	Tupaciguara	1,0000	36º lugar	Frutal	0,0714
5º lugar	Veríssimo	1,0000	37º lugar	Patrocínio	0,0625
6º lugar	Guimarânia	1,0000	38º lugar	Rio Paranaíba	0,0000
7º lugar	Planura	1,0000	39º lugar	Lagoa Formosa	0,0000
8º lugar	Água Comprida	1,0000	40º lugar	Douradoquara	0,0000
9º lugar	Santa Vitória	0,8750	41º lugar	Serra do Salitre	0,0000
10º lugar	Capinópolis	0,8000	42º lugar	Irai de Minas	0,0000

11º lugar	Itapagipe	0,6667	43º lugar	Pirajuba	0,0000
12º lugar	Ituiutaba	0,6087	44º lugar	Pratinha	0,0000
13º lugar	Fronteira	0,5000	45º lugar	Grupiara	0,0000
14º lugar	Matutina	0,5000	46º lugar	Carmo do Paranaíba	0,0000
15º lugar	Iturama	0,4286	47º lugar	Cruzeiro da Fortaleza	0,0000
16º lugar	M. Alegre de Minas	0,4000	48º lugar	Cascalho Rico	0,0000
17º lugar	Conceição das Alagoas	0,4000	49º lugar	Santa Rosa da Serra	0,0000
18º lugar	Centralina	0,4000	50º lugar	Romaria	0,0000
19º lugar	Limeira do Oeste	0,3333	51º lugar	São Franc. de Sales	0,0000
20º lugar	Arapuá	0,3333	52º lugar	Nova Ponte	0,0000
21º lugar	Santa Juliana	0,3333	53º lugar	Pedrinópolis	0,0000
22º lugar	Uberlândia	0,3281	54º lugar	Araguari	-0,0385
23º lugar	Canápolis	0,2500	55º lugar	Araxá	-0,0588
24º lugar	Araporã	0,2500	56º lugar	Monte Carmelo	-0,0625
25º lugar	Estrela do Sul	0,2500	57º lugar	Indianópolis	-0,1111
26º lugar	Conquista	0,2500	58º lugar	Campina Verde	-0,1429
27º lugar	Perdizes	0,2222	59º lugar	Campos Altos	-0,1667
28º lugar	Coromandel	0,1765	60º lugar	Tapira	-0,3333
29º lugar	Sacramento	0,1667	61º lugar	Ibiá	-0,3529
30º lugar	Tiros	0,1429	62º lugar	Uberaba	-0,4321
31º lugar	Gurinhata	0,1429	63º lugar	Ipiaçu	-0,5000
32º lugar	Carneirinho	0,1429	64º lugar	Campo Florido	-1,0000

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

A classificação dos municípios pertencentes à Mesorregião foco deste estudo, em relação à perspectiva estrutural da saúde, pode ser visualizada na Tabela 3.

O município de maior destaque sob a perspectiva estrutural da saúde é Abadia dos Dourados, pertencente à Microrregião de Patrocínio, que apresentou uma taxa de crescimento na quantidade de estabelecimentos de saúde públicos de 3,0000. Todavia a Microrregião que apresentou maior quantidade de municípios que se destacaram entre os dez melhores sob essa perspectiva foi a de Ituiutaba, com Cachoeira Dourada (2,0000), Santa Vitória (0,8750) e Capinópolis (0,8000).

As Microrregiões de Frutal e Uberaba se destacaram por meio de uma boa classificação de dois municípios cada: Comendador Gomes (3º lugar) e Planura (7º lugar); Veríssimo (5º lugar) e Água Comprida (8º lugar), respectivamente. Tupaciguara e Guimarães apresentaram índices de 1,0000, sendo que o primeiro faz parte da Microrregião de Uberlândia e o segundo da Microrregião de Patos de Minas.

Para melhorar as condições de oferta de serviços de saúde à sua população, os municípios realizam consórcios entre si, uma vez que enfrentam dificuldades no setor, que não podem ser resolvidas com ações isoladas. De acordo com Soares (2000), os consórcios intermunicipais de saúde permitem racionalizar o uso dos recursos como equipamentos, recursos humanos e instalações hospitalares.

Segundo o Colegiado de Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais/Agência de Políticas Públicas (COSECS-MG/APP, 2006), existem aproximadamente 65 consórcios intermunicipais de saúde, que se diferenciam pelo tamanho, nível de gestão, perfil epidemiológico, condições assistenciais, etc. Chegam a beneficiar 13 milhões de pessoas alocadas em cerca de 700 municípios. Na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba há quatro consórcios deste tipo, que abrangem mais de 40 municípios e atendem a cerca de dois milhões de pessoas.

Os cinco municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba que mais se destacaram em relação à taxa de crescimento na quantidade de estabelecimentos de saúde públicos fazem parte dos seguintes consórcios intermunicipais de saúde:

- a)1º lugar: Abadia dos Dourados: Consórcio Intermunicipal de Saúde Paranaíba;  
 b)2º lugar: Cachoeira Dourada: Consórcio Intermunicipal de Saúde Pontal;  
 c)3º lugar: Comendador Gomes: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro;  
 d)4º lugar: Tupaciguara: Consórcio Intermunicipal de Saúde AMVAP;  
 e)5º lugar: Veríssimo: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro.

Sobre os consórcios públicos, afirmam Abrúcio e Costa (1999, p. 133) que “a principal virtude dos consórcios é a sinergia que eles proporcional aos serviços para os quais são organizados.” Ou seja: “eles articulam e coordenam os recursos financeiros, os equipamentos, os técnicos e o conhecimento gerencial dos municípios consorciados, aumentando significativamente o rendimento de seus esforços, [...] e maximizando o aproveitamento dos recursos municipais” (ABRÚCIO; COSTA, 1999, p. 133).

Em relação aos municípios que menos se destacaram no que se refere à perspectiva estrutural da saúde, Ibiá, Tapira, Campos Altos e Araxá que fazem parte da Microrregião de Araxá, apresentaram o somatório dos índices da perspectiva da saúde de -0,9117. Cabe destacar que esse índice foi 0,5204 menor que o somatório das duas cidades pertencentes à Microrregião de Uberaba, ou seja, Campo Florido e a própria Uberaba, chegando ao somatório de -1,4321.

A Microrregião de Patrocínio pode ser considerada a mais estagnada com seis municípios que não apresentaram crescimento nem decréscimo na quantidade de estabelecimentos de saúde públicos.

Os municípios de Ipiaçu e Campo Florido embora classificados na penúltima e última colocação, respectivamente, pertencem a Microrregiões que se destacaram por boa classificação no índice, a saber, Microrregião de Ituiutaba (Ipiaçu) e Microrregião de Uberaba (Campo Florido).

Apresenta-se por fim, a última perspectiva do IDES, que é a taxa de crescimento da capacidade de geração de recursos próprios. Sua importância para o IDES final pode ser percebida devido ao fato de que os incentivos fiscais podem atrair atividades comerciais de empresas para os municípios, que desencadeiem aumentos na arrecadação de impostos, ampliando as receitas correntes municipais, que por sua vez, são utilizadas pelos gestores para oferecer serviços públicos à população e potencializar as atividades econômicas do município, contribuindo para seu desenvolvimento. Nesse contexto, Fauré e Hasenclever afirmam que “os incentivos fiscais municipais podem ser também uma alavanca para o desenvolvimento econômico local por meio das definições das regras e das alíquotas de ISS e IPTU, principais impostos municipais” (FAURÉ; HASENCLEVER, 2005, p. 433).

Assim, observa-se na Tabela 4, a Taxa de crescimento da capacidade de geração de recursos próprios dos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

**Tabela 4 – Classificação dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sob a perspectiva estrutural da geração de recursos próprios**

Classificação	Município	Tx. de cresc. da capac. de geração de rec. próprios	Classificação (continuação)	Município (continuação)	Tx. de cresc. da capac. de geração de rec. próprios
1º lugar	Rio Paranaíba	0,8733	33º lugar	Araguari	0,0255
2º lugar	Limeira do Oeste	0,7440	34º lugar	Conc. das Alagoas	0,0019
3º lugar	Arapuá	0,5501	35º lugar	Frutal	0,0008
4º lugar	Romaria	0,5110	36º lugar	Prata	-0,0044
5º lugar	Cruzeiro da Fortaleza	0,3131	37º lugar	Patrocínio	-0,0070
6º lugar	Douradoquara	0,2868	38º lugar	Estrela do Sul	-0,0106

7º lugar	Veríssimo	0,2606	39º lugar	Água Comprida	-0,0112
8º lugar	Tiros	0,2589	40º lugar	Araxá	-0,0220
9º lugar	Ibiá	0,2331	41º lugar	Ituiutaba	-0,0346
10º lugar	Itapagipe	0,2290	42º lugar	Grupiara	-0,0347
11º lugar	M. Alegre de Minas	0,2223	43º lugar	Sacramento	-0,0428
12º lugar	Cachoeira Dourada	0,1874	44º lugar	São Franc. de Sales	-0,0701
13º lugar	Canápolis	0,1842	45º lugar	Nova Ponte	-0,1021
14º lugar	Guimarânia	0,1625	46º lugar	Abadia dos Dourados	-0,1090
15º lugar	Pratinha	0,1510	47º lugar	Irai de Minas	-0,1144
16º lugar	Matutina	0,1418	48º lugar	Perdizes	-0,1522
17º lugar	Uberlândia	0,1411	49º lugar	Gurinhatã	-0,1595
18º lugar	Monte Carmelo	0,1184	50º lugar	Pirajuba	-0,1959
19º lugar	Campina Verde	0,0972	51º lugar	Centralina	-0,2308
20º lugar	Fronteira	0,0881	52º lugar	Carneirinho	-0,2471
21º lugar	Iturama	0,0791	53º lugar	Conquista	-0,2682
22º lugar	Tapira	0,0712	54º lugar	Santa Vitória	-0,2815
23º lugar	Planura	0,0693	55º lugar	Campo Florido	-0,3411
24º lugar	Coromandel	0,0609	56º lugar	Araporã	-0,4016
25º lugar	Patos de Minas	0,0579	57º lugar	Capinópolis	Não informado
26º lugar	Pedrinópolis	0,0545	58º lugar	Cascalho Rico	Não informado
27º lugar	Carmo do Paranaíba	0,0441	59º lugar	Indianópolis	Não informado
28º lugar	Campos Altos	0,0393	60º lugar	Ipiaçu	Não informado
29º lugar	Lagoa Formosa	0,0344	61º lugar	Santa Juliana	Não informado
30º lugar	São Gotardo	0,0311	62º lugar	Santa Rosa da Serra	Não informado
31º lugar	Uberaba	0,0301	63º lugar	Serra do Salitre	Não informado
32º lugar	Comendador Gomes	0,0294	64º lugar	Tupaciguara	Não informado

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

O melhor índice de geração de recursos próprios do município de Rio Paranaíba pode ser atribuído ao fato de que sua arrecadação de receitas foi de R\$966.690,00 em 2008 e de R\$1.832.590,00 em 2009, evidenciando um aumento de 89% das Receitas Tributárias, de acordo com o IBGE (2010).

A Microrregião de Patrocínio também se destacou em relação à colocação de alguns de seus municípios nas posições iniciais sob a análise dessa perspectiva. Romaria, Cruzeiro da Fortaleza e Douradoquara foram classificados em 4º, 5º e 6º lugares, respectivamente. O somatório de seus índices foi de 1,1109, valor inferior à participação dos municípios da Microrregião de Patos de Minas, cujo somatório foi de 2, 1541.

O município de Limeira do Oeste foi classificado em 2º lugar em relação à perspectiva da geração de recursos próprios, sendo sua pontuação de 0,7440. Itapagipe, que ficou em 10ª colocação, obteve um índice de 0,2290. Ambos pertencem à Microrregião de Frutal. Veríssimo posicionou-se em 7º lugar e Ibiá em 9º lugar; pertencem às Microrregiões de Uberaba e Araxá, respectivamente.

Os municípios que se classificaram nas piores colocações não puderam ter suas taxas de crescimento da capacidade de geração de recursos próprios calculadas devido à ausência de dados. São eles: Santa Juliana (Microrregião de Araxá), Capinópolis e Ipiaçu (Microrregião de Ituiutaba), Santa Rosa da Serra (Microrregião de Patos de Minas), Serra do Salitre (Microrregião de Patrocínio), Cascalho Rico, Indianópolis e Tupaciguara (Microrregião de Uberlândia).

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, as Receitas Tributárias em Araporã (município de pior índice sob a perspectiva estrutural da geração de recursos próprios), que representam uma parte da arrecadação própria do município, foram de R\$2.434.206,92 em 2009, representando uma parte pouco significativa das

Receitas (Correntes), que foram de R\$37.745.569,08. Tal realidade demanda mais atenção da Administração Pública, no sentido de prover meios para aumentar a arrecadação própria de recursos. Pois, mesmo admitindo a existência de inúmeros fatores que podem contribuir para que a geração de recursos próprios, via Receitas Tributárias, seja uma parcela muito pequena das Receitas Correntes, a dependência de repasses estaduais e federais, além de contribuir para uma possível desproporcionalidade na origem de recursos, pode colocar o município em condições vulneráveis com relação à geração de condições mais atrativas aos investimentos do setor privado.

Dentro deste contexto, o Índice de Desenvolvimento Estrutural (IDES), objeto deste estudo, classificou as cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba quanto às melhores perspectivas de crescimento nos setores de saúde (2005-2009), escolaridade (2007-2009) e à capacidade de geração de recursos próprios (2008-2009), compondo o IDES final. Os resultados encontrados estão na Tabela 5, apresentada um pouco mais adiante.

Em relação aos municípios de melhor IDES, Abadia dos Dourados encontra-se em primeiro lugar, com um índice de 3,3486. Este município, pertencente à Microrregião de Patrocínio, apresentou a melhor taxa de crescimento dos estabelecimentos de saúde no período analisado (3,0000), o que contribuiu para sua colocação final, mesmo estando em 46º lugar quando da análise de sua taxa de crescimento da capacidade de arrecadação de recursos próprios. De acordo com dados do DATA SUS (2010), o banco de dados do Ministério da Saúde, as despesas com saúde em 2009 foram de R\$307,95 por habitante, sendo que, R\$226,87 foram realizadas com recursos próprios. Naquele ano, as despesas totais com saúde foram de R\$2.095.592,60, das quais apenas 20,5% configuraram-se como transferências do SUS e R\$1.543.874,43 foram despesas com recursos próprios, o que representam aproximadamente 73,67% das despesas totais (Caderno de Informações de Saúde – DATA SUS, 2010). Tal situação contribui para a posição de destaque do município em relação à pontuação final do IDES.

**Tabela 5 – Classificação dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme pontuação no IDES**

Classificação	Município	IDES	Classificação (continuação)	Município (continuação)	IDES (continuação)
1º lugar	Abadia dos Dourados	3,3486	33º lugar	Araguari	0,0919
2º lugar	Comendador Gomes	2,4178	34º lugar	Patos de Minas	0,0915
3º lugar	Cachoeira Dourada	2,0617	35º lugar	Santa Juliana	0,0577
4º lugar	Limeira do Oeste	1,248	36º lugar	São Gotardo	0,0516
5º lugar	Tupaciguara	1,0708	37º lugar	Grupiara	0,0463
6º lugar	Itapagipe	1,0646	38º lugar	Carmo do Paranaíba	0,0455
7º lugar	Veríssimo	1,0238	39º lugar	Monte Carmelo	0,0337
8º lugar	Rio Paranaíba	0,9647	40º lugar	Cruzeiro da Fortaleza	0,0140
9º lugar	Guimarânia	0,9048	41º lugar	Patrocínio	0,0032
10º lugar	Arapuá	0,8802	42º lugar	Centralina	-0,0038
11º lugar	Planura	0,8731	43º lugar	Cascalho Rico	-0,0104
12º lugar	Capinópolis	0,7628	44º lugar	Coromandel	-0,0163
13º lugar	Água Comprida	0,7392	45º lugar	Gurinhata	-0,0633
14º lugar	Fronteira	0,7209	46º lugar	Uberaba	-0,0928
15º lugar	Uberlândia	0,6134	47º lugar	Santa Rosa da Serra	-0,1027
16º lugar	Ituiutaba	0,6069	48º lugar	Araporã	-0,1032
17º lugar	Santa Vitória	0,5732	49º lugar	Prata	-0,1165
18º lugar	M. Alegre de Minas	0,5681	50º lugar	Campina Verde	-0,1589
19º lugar	Iturama	0,5264	51º lugar	Araxá	-0,1998
20º lugar	Lagoa Formosa	0,4309	52º lugar	Ibiá	-0,2273

21º lugar	Conceição das Alagoas	0,3432	53º lugar	Campos Altos	-0,2523
22º lugar	Douradoquara	0,2962	54º lugar	Campo Florido	-0,2655
23º lugar	Matutina	0,2903	55º lugar	Estrela do Sul	-0,2682
24º lugar	Canápolis	0,2695	56º lugar	Ipiaçu	-0,272
25º lugar	Frutal	0,2531	57º lugar	Conquista	-0,2799
26º lugar	Serra do Salitre	0,2472	58º lugar	Romaria	-0,3243
27º lugar	Perdizes	0,1838	59º lugar	São Franc. de Sales	-0,3323
28º lugar	Irai de Minas	0,1742	60º lugar	Tapira	-0,3324
29º lugar	Tiros	0,1691	61º lugar	Nova Ponte	-0,3549
30º lugar	Pirajuba	0,1679	62º lugar	Pedrinópolis	-0,3697
31º lugar	Sacramento	0,1446	63º lugar	Carneirinho	-0,3984
32º lugar	Pratinha	0,1003	64º lugar	Indianópolis	-0,5913

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

O município de Comendador Gomes (2º colocado), localizado na Microrregião de Frutal, apresentou um IDES de 2,4178, sendo que a área de maior destaque foi a educação, pois, sua taxa de crescimento na quantidade de matrículas – perspectiva educacional do IDES foi de 1,3884 no período analisado. Em 2009, conforme apresenta o IBGE, foram registradas 382 matrículas no ensino fundamental, 105 matrículas no ensino médio e 63 matrículas na pré-escola. Para cada nível escolar foi identificado um estabelecimento de ensino, sendo público estadual o estabelecimento escolar do ensino médio, e públicos municipais, os demais. Em relação à população censitária de 2010, o número de matriculados representa 18,5% da população total do município, sendo sua taxa de alfabetização de 84,45% da população total, o que representa 2,510 habitantes (IBGE, 2010).

Dentre os municípios com menor IDES no período analisado destaca-se o município de Indianópolis, localizado na Microrregião de Uberlândia, que apresenta um índice final de -0,5913, sendo que seu pior índice alcançado foi na área da educação, ficando em 62º lugar numa amostra de 64 municípios. O resultado alcançado pode ser associado ao número de matrículas verificado em 2009, de acordo com o IBGE (2010), sendo que 1.185 foram no ensino médio, 199 no ensino fundamental e 76 na pré-escola. Estes números representam apenas 23,58% da população total do município de 2010. A população alfabetizada em Indianópolis representa 82,74% de sua população total, sendo inferior à população alfabetizada em Comendador Gomes (84,45%), município classificado em primeiro lugar sob a perspectiva estrutural da educação e em segundo lugar sob o IDES final. Tal fato torna-se relevante, e ao mesmo tempo preocupante diante do viés educacional, uma vez que a população de Indianópolis é significativamente superior à população de Comendador Gomes, alertando para a necessidade de ampliação de implementação de políticas públicas voltadas para esta área.

Carneirinho, município da Microrregião de Frutal, obteve um IDES de -0,3984, e sua taxa de crescimento na quantidade de matrículas também foi a que mais contribuiu para o resultado negativo. De acordo com informações do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o município apresentou 219 matrículas na pré-escola, 1.394 matrículas no ensino fundamental e 360 matrículas no ensino médio, em 2009. Juntos, estes valores correspondem a apenas 20,83% da população total do município matriculada em estabelecimentos de ensino, o que contribui para explicar o resultado alcançado. Os municípios de Pedrinópolis, Nova Ponte e Tapira apresentaram índices de -0,3697, -0,3549 e -0,3324, respectivamente e pertencem à Microrregião de Araxá.

Assim, o desenvolvimento regional evidencia o modo pelo qual os municípios estão organizados, o que depende não só das características estruturais e físicas típicas de cada região, mas, também da ação política e de medidas de governança que busquem fornecer à

população acesso aos serviços públicos essenciais e criando meios para que as atividades produtivas contribuam para gerar crescimento com desenvolvimento. Depende também das relações regionais complementares estabelecidas entre os municípios.

Conforme destaca Amaral Filho (1996), o desenvolvimento endógeno representa um conjunto de ações internas à região, que contribui para que a mobilização de recursos potencialize o desenvolvimento local e atraia recursos de outros locais. O resultado direto destas ações, que devem ser realizadas de forma contínua, é o próprio desenvolvimento, no sentido de prover meios para que a população aumente sua qualidade de vida.

Uma das principais formas de mensuração dos níveis de desenvolvimento é o uso dos indicadores, que facilitam o planejamento e evidenciando as áreas que demandam maior atenção, no sentido de corrigir defasagens que prejudiquem o desenvolvimento.

Nesse sentido, o IDES permitiu verificar, por meio da análise de índices estruturais (taxas), as perspectivas dos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no que se refere à educação, saúde e capacidade de geração de recursos próprios. A partir dos resultados obtidos, foi possível identificar, dentro do contexto regional, os municípios que mais se destacaram e, ao mesmo tempo, quais municípios dentro de cada região demandam a atenção dos gestores públicos em relação à implementação de medidas de melhoramento, quando da elaboração de políticas no contexto da Administração Pública.

## **5 Considerações finais**

O objetivo deste estudo foi verificar e identificar, a partir de um indicador de desenvolvimento analisado sob três perspectivas estruturais, quais as principais características determinantes do processo de desenvolvimento dos municípios selecionados pertencentes à Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Existem diversas dificuldades no que concerne ao estabelecimento do nível de desenvolvimento no qual os municípios se encontram, acerca das regiões com as quais se relacionam e, ainda, sobre as quais exercem influência.

O desenvolvimento regional representa o meio pelo qual os municípios estão estruturados, o que é consequência das características físicas e ambientais de cada região e dos resultados das ações de políticas públicas que visam potencializar sua capacidade de geração de valor produtivo. Uma vez criado, esse valor pode ser revertido em benefícios para a população, gerando crescimento com desenvolvimento para a localidade.

Assim, pode-se dizer que o desenvolvimento endógeno, entendido como a capacidade de geração e absorção dos frutos do crescimento pelo próprio município, é um fator determinante para que seja alcançado um processo contínuo de criação de riqueza.

A utilização do IDES permitiu relacionar a divisão dos municípios em regiões (divisão territorial) com os níveis de desenvolvimento em que se encontram, sob as perspectivas estruturais da saúde, da educação e da capacidade de geração de recursos próprios. A escolha destas perspectivas se justifica por sua importância para determinar os níveis de qualidade de vida das pessoas, especialmente em relação à saúde e à educação. Além disso, os recursos gerados pelo próprio município podem se tornar fontes de investimento em políticas públicas que busquem ofertar estes e outros serviços demandados pela população, aumentando ainda mais sua qualidade de vida.

O desenvolvimento educacional está diretamente ligado a condições específicas de desenvolvimento regional. Verificou-se pela análise do IDES final que os municípios de menor porte, que se classificaram em piores colocações, apresentam desenvolvimento econômico incipiente, com atividades produtivas que geram pouca riqueza. A partir desta constatação, pode-se supor que muitos jovens abandonam os estudos em busca de emprego

e/ou se deslocam para outras regiões a fim de ter acesso a melhores condições de vida, o que corrobora a existência de estreitas relações entre desenvolvimento educacional e regional.

Sob o viés da saúde, percebe-se que esta perspectiva está ligada aos bons índices de desenvolvimento social e econômico dos municípios em geral. Os cinco municípios melhor classificados em relação a esta perspectiva realizam consórcios intermunicipais de saúde, que podem ser vistos como uma maneira de racionalizar o uso dos recursos físicos e humanos, melhorando as condições de acesso a este serviço por parte da população. Assim, os bons resultados alcançados por estes municípios podem ser atribuídos a essas ações.

Em relação à capacidade de geração de recursos próprios, pela composição do IDES nota-se que os municípios melhores classificados nesta perspectiva são os capazes de oferecer uma infraestrutura de qualidade que atraia empresas para realizarem atividades produtivas, aumentando a arrecadação de impostos (e de receitas). Com isso, os gestores públicos podem aplicar os recursos gerados na oferta de serviços públicos à população e potencializar as atividades produtivas ali desenvolvidas, dando continuidade ao processo de geração de riqueza, que no contexto do desenvolvimento endógeno contribui para o desenvolvimento do município e de sua capacidade de polarização em relação aos demais municípios da região.

Dessa forma, a mensuração do nível de desenvolvimento dos municípios selecionados pertencentes à Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por meio do IDES possibilita a identificação das características estruturais que contribuem para este desenvolvimento, auxiliando ainda no entendimento de suas relações com seu entorno e sua Microrregião. Permite ainda, a realização de análises dos índices que contribuam para a elaboração de políticas públicas, uma vez que por meio dele podem-se verificar quais áreas são mais carentes estruturalmente e que exigem maior atenção dos administradores públicos na aplicação de recursos.

Em suma, pode-se dizer que a utilização do IDES fornece subsídios para a implementação de políticas públicas e para a realização de diagnósticos setoriais que auxiliam na compreensão das diferenças de desenvolvimento encontradas nas regiões, identificando as assimetrias relacionadas ao desenvolvimento. De tal forma, as características setoriais regionais identificadas pelo IDES podem ser utilizadas para fornecer as bases de elaboração de ações que deverão ser realizadas pelos administradores públicos e demais agentes econômicos regionais, ampliando a oferta de serviços em prol de uma melhor qualidade de vida dos cidadãos.

Como principais limitações desse estudo, em primeiro lugar, destaca-se o caráter exploratório da proposta deste trabalho. Como segunda limitação observa-se que os dados utilizados para composição do IDES referem-se às informações anteriores ao censo de 2010, pois, quando da realização desse trabalho, as informações do último censo ainda não estavam totalmente disponíveis no *site* do IBGE. Destaca-se ainda, como terceira delimitação, a escolha da amostra por conveniência, ou seja, faz-se necessário que este estudo seja ampliado para outras regiões do estado, e, até, do país, para que se possam obter possíveis generalizações com relação à aplicabilidade do indicador proposto.

Assim, para trabalhos futuros, sugere-se, além da aplicação do IDES em outros municípios do estado e do país, a realização de estudos comparativos entre regiões, e, ainda, a atualização deste indicador com base em dados mais atuais, por exemplo, mediante a utilização de informações relativas ao último censo demográfico.

A despeito das limitações identificadas, espera-se que os resultados obtidos a partir da realização desse trabalho, após somarem-se aos resultados de outras pesquisas, possam trazer contribuições para futuras investigações científicas voltadas para análises de

assimetrias de desenvolvimento regional, com vistas ao diagnóstico de condições favoráveis à implantação de empreendimentos privados.

### Referências

- ABRÚCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira Costa. **Reforma do estado e o contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1999.
- AKERMAN, Marco. **Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n.14, p. 35-74, dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. **A endogeneização no desenvolvimento local e regional**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Texto para discussão, Brasília, p. 261-286. 2001.
- BARQUERO, Antônio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 2002.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Texto para discussão nº 525, Rio de Janeiro, nov. 1997.
- BECKER, Marina Miotto. **Concorrência e inovação tecnológica em Schumpeter e na abordagem neo-shumpeteriana**. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Projeto de cooperação técnica. INCRA/IICA, Brasília, jun. 1999. Disponível em:  
<<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração**. São Paulo: Makron Books, 1994.
- CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.
- CORAZZA, Rosana Icassati; FRACALANZA, Paulo Sérgio. **Caminhos do pensamento neo-schumpeteriano: para além das analogias biológicas**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p.127-155, maio-ago, 2004.
- COSECS-MG/APP. **Perfil dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas**. Belo Horizonte: Colegiado de Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais, 2006. p. 242.
- DATA SUS. **Departamento de Informática do SUS**. Disponível em:  
<<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: 18 mai. 2012.
- FAURÉ, Yves; HASENCLEVER, Lia. (Org.). **O desenvolvimento local no Estado do Rio de Janeiro: estudos avançados nas realidades municipais**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

IBGE. **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

IBGE. **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Texto para Discussão n. 358. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2009.

LOUREIRO, Sonia Regina Catellino. **Como a educação pode contribuir com o capital humano**. 2008. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/como-a-educacao-pode-contribuir-com-o-capital-humano/7457/>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

MALIK, Ana Maria; SCHIESARI, Laura Maria Cesar. **Qualidade na gestão local de serviços e ações da saúde**. São Paulo: IDS/NAMH-FSPUSP/Itaú, 1998.

MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. **Administração**. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>> Acesso em: 17 mai. 2012.

POLÈSE, Mario. **Como as cidades geram riquezas na nova economia da informação: desafios para o gerenciamento urbano e local em nações em desenvolvimento**. Caderno de Finanças Públicas. Brasília, dez. 2000. n.1, p. 31-50.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril, 1982.

SOARES, Ana Paula Macedo. **Consórcio Intermunicipal de Saúde**. In: PAULICS, Veronika, (Org.) **125 Dicas: ideias para a ação municipal**. São Paulo: Pólis, 2000. p. 25-26.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.  
\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

VAZ, José Carlos. **Preparando-se para intervir na economia**. In: PAULICS, Veronika, (Org.) **125 Dicas: ideias para a ação municipal**. São Paulo: Pólis, 2000. p. 261-262.

VAZ, José Carlos; SOUTO, Anna Luzia S. **Aumentando as transferências de ICMS e IPVA**. In: PAULICS, Veronika, (Org.) **125 Dicas: ideias para a ação municipal**. São Paulo: Pólis, 2000. p. 15-16.